



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CIRCULAR Nº 4.015, DE 4 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre o escopo de dados e serviços do Sistema Financeiro Aberto (**Open Banking**).

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão extraordinária realizada em 4 de maio de 2020, com base nos arts. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 9º, inciso II, da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e 51, inciso I, da Resolução Conjunta nº 1, de 4 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Art. 1º Esta Circular disciplina o escopo de dados e serviços do Sistema Financeiro Aberto (**Open Banking**).

Art. 2º Os dados sobre os canais de atendimento objeto de compartilhamento de que trata o art. 5º, inciso I, alínea "a", da Resolução Conjunta nº 1, de 4 de maio de 2020, abrangem, no mínimo, aqueles obrigatoriamente divulgados na forma de dados abertos, de que trata a regulamentação vigente, no caso de dependências próprias e correspondentes no País, bem como:

I - canais eletrônicos:

- a) tipo de canal;
- b) forma de acesso; e
- c) serviços prestados; e

II - demais canais disponíveis aos clientes:

- a) tipo de canal;
- b) forma de acesso; e
- c) serviços prestados.

Art. 3º Os dados sobre os produtos e serviços objeto de compartilhamento de que trata o art. 5º, inciso I, alínea "b", da Resolução Conjunta nº 1, de 2020, abrangem, no mínimo:

I - contas de depósitos à vista, de poupança e de pagamento pré-pagas:

- a) tipos de conta;
- b) tarifas:
 - 1. denominação;
 - 2. fato gerador de cobrança;
 - 3. valor; e
 - 4. sigla identificadora;

c) pacotes de serviços disponibilizados:

- 1. denominação;
- 2. serviços incluídos;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- 3. quantidade de eventos previstos; e
- 4. valor;
- d) formas de movimentação;
- e) termos e condições contratuais:
 - 1. saldo mínimo;
 - 2. critérios de elegibilidade; e
 - 3. procedimentos de encerramento;
- f) canais disponíveis para abertura e encerramento;
- g) público-alvo; e
- h) forma de remuneração e taxa de rendimento;
- II - contas de pagamento pós-pagas:
 - a) tipo de conta:
 - 1. denominação;
 - 2. classificação; e
 - 3. arranjo de pagamento;
 - b) programas de benefícios e recompensas;
 - c) tarifas:
 - 1. denominação;
 - 2. fato gerador de cobrança;
 - 3. valor; e
 - 4. sigla identificadora;
 - d) taxas de remuneração:
 - 1. de crédito rotativo;
 - 2. de parcelamento de saldo devedor da fatura; e
 - 3. outras operações de crédito;
 - e) público-alvo; e
 - f) termos e condições contratuais:
 - 1. regra de pagamento mínimo de saldo devedor da fatura;
 - 2. critérios de elegibilidade; e
 - 3. procedimentos de encerramento; e
- III - operações de crédito:
 - a) modalidades de operações de crédito;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

b) tarifas:

1. denominação;
2. fato gerador de cobrança;
3. valor; e
4. sigla identificadora;

c) taxa de juros remuneratórios:

1. taxa referencial ou indexador; e
2. valor;

d) público-alvo;

e) tipo de garantia exigíveis; e

f) termos e condições contratuais.

§ 1º As modalidades de operações de crédito de que trata a alínea "a", inciso III, do **caput** abrangem, no mínimo:

I - adiantamento a depositantes;

II - empréstimos:

a) crédito pessoal;

1. crédito consignado; e
2. crédito sem consignação;

b) cheque especial;

c) conta garantida;

d) capital de giro;

e) microcrédito; e

f) **home equity**;

III - direitos creditórios descontados:

a) desconto de duplicatas;

b) desconto de cheques;

c) antecipação de recebíveis de cartão de crédito; e

d) desconto de nota promissória; e

IV - financiamentos:

a) aquisições de bens móveis;

b) imobiliários:

1. Sistema Financeiro da Habitação (SFH); e
2. Sistema Financeiro Imobiliário (SFI);



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- c) microcrédito produtivo orientado; e
- d) rurais.

§ 2º Para fins do compartilhamento dos valores de tarifas e de taxas de juros remuneratórias de que trata o **caput**, deve ser compartilhada a distribuição de frequência relativa dos valores cobrados dos clientes, segmentados em pessoas naturais e jurídicas, com base em parâmetros definidos na convenção de que trata o art. 44 da Resolução Conjunta nº 1, de 2020.

Art. 4º Os dados sobre o cadastro de clientes e de seus representantes objeto de compartilhamento de que trata o art. 5º, inciso I, alínea "c", da Resolução Conjunta nº 1, de 2020, abrangem, no mínimo:

- I - identificação;
 - a) informações mínimas exigidas pela regulamentação em vigor; e
 - b) outras informações;
- II - qualificação; e
- III - outras informações cadastrais:
 - a) data de início de relacionamento;
 - b) identificação de agência e conta;
 - c) tipos de produtos e serviços com contratos vigentes; e
 - d) poderes dos representantes.

§ 1º Para fins do compartilhamento da data de início de relacionamento de que trata o inciso III, alínea "a", do **caput**, as cooperativas de crédito devem considerar a data de associação do cliente.

§ 2º O rol de informações objeto de compartilhamento abrangidas pelos incisos I, alínea "b", e II, do **caput**, deve ser definido e padronizado por meio da convenção de que trata o art. 44 da Resolução Conjunta nº 1, de 2020.

Art. 5º Os dados sobre as transações de clientes objeto de compartilhamento de que trata o art. 5º, inciso I, alínea "d", da Resolução Conjunta nº 1, de 2020, abrangem, no mínimo:

- I - contas de depósitos à vista, de poupança e de pagamento pré-pagas:
 - a) tipos de conta;
 - b) saldo disponível;
 - c) transações de crédito e de débito realizadas:
 1. identificador da operação;
 2. valor;
 3. data; e
 4. pagador e recebedor;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

d) débitos e pagamentos autorizados:

1. valor;
2. data; e
3. recebedor; e

e) limite do cheque especial;

1. valor utilizado; e
2. valor disponível;

II - contas de pagamento pós-pagas:

a) tipos de conta;

b) limite de crédito total:

1. valor utilizado; e
2. valor disponível;

c) limites de crédito por modalidade de operação:

1. valor utilizado; e
2. valor disponível;

d) transações de pagamento realizadas:

1. identificador da operação;
2. valor;
3. data; e
4. recebedor; e

e) informações sobre o pagamento da fatura:

1. data do vencimento;
2. data do pagamento efetivo;
3. valor total da fatura;
4. valor de pagamento mínimo;
5. valor de pagamento da fatura;
6. forma de pagamento; e
7. encargos cobrados; e

III - operações de crédito:

- a) modalidades de operações de crédito;
- b) número do contrato;
- c) data da contratação;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- d) valor da operação;
- e) data de vencimento;
- f) data dos respectivos pagamentos;
- g) saldo devedor;
- h) prazo total e remanescente da operação;
- i) quantidade de prestações;
- j) valor das prestações;
- k) taxas de juros remuneratórios anual, nominal e efetiva pactuadas;
- l) Custo Efetivo Total (CET);
- m) sistema de pagamento;
- n) tarifas; e
- o) encargos.

Parágrafo único. As modalidades de operações de crédito de que trata o inciso III, alínea "a", do **caput**, abrangem, no mínimo, as referenciadas no § 1º do art. 3º.

Art. 6º Os serviços de iniciação de transação de pagamento objeto de compartilhamento de que trata o art. 5º, inciso II, alínea "a", da Resolução Conjunta nº 1, de 2020, abrangem, no mínimo:

- I - débito em conta;
- II - transferências entre contas na própria instituição;
- III - transferência Eletrônica Disponível (TED);
- IV - transação de pagamento instantâneo (PIX);
- V - documento de Crédito (DOC); e
- VI - pagamento de boletos.

Art. 7º Esta Circular entra em vigor em 1º de junho de 2020.

Otávio Ribeiro Damaso
Diretor de Regulação

Este texto não substitui o publicado no DOU de 5/5/2020, Seção 1, p. 41/42, e no Sisbacen.